

Economistas convencem Sarney a aumentar impostos

Brasília/Fotos de Luciano Andrade

Brasília — O Presidente José Sarney deixou a reunião de ontem na Granja do Torto convencido da inevitabilidade de se promover um imediato aumento dos impostos, como forma de controlar o déficit do setor público, sem onerar os assalariados, que já vem pagando um ônus elevado em consequência das medidas econômicas postas em prática nos últimos 20 anos. A informação foi prestada por dois Ministros de Estado que participaram das oito horas e meia de discursos na ex-residência oficial do Torto.

Uma outra discussão importante, disse um dos informantes, foi relacionada com a necessidade de uma redução imediata das atuais taxas de juros, que vêm sufocando o setor privado e impedindo uma retomada sustentada no crescimento econômico. Houve consenso quanto à urgência em se reduzir os juros internos, mas profundas divergências quanto aos mecanismos a serem utilizados na redução do custo do dinheiro.

Coube ao ex-assessor do Ministro Delfim Netto, do Planejamento, Ibrahim Eris, propor que o Governo promova uma redução gradativa das taxas de juros, mês a mês, até se chegar a um patamar mensal de 23%. Ou seja, as atuais taxas, que estão 30% acima da correção monetária, cairiam um ponto percentual em cada um dos próximos sete meses. Ao final desse processo, o Governo economizaria o equivalente a Cr\$ 14 bilhões mensais decorrentes dos encargos financeiros da dívida interna, propiciando, ao mesmo tempo, uma folga ao setor privado.

O grande problema dessa fórmula, segundo disse um dos economistas que participou da reunião, é administrá-la de forma a não provocar uma redução das taxas na captação a níveis muito perigosos, capazes de gerar um descontrole na execução do controle do déficit público. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, relatou o técnico, do total do déficit consolidado previsto para este ano, Cr\$ 84 trilhões, nada menos do que Cr\$ 74 trilhões são referentes a encargos financeiros da dívida pública.

Um dos assuntos mais debatidos durante o encontro foi o grau de ingerência do Fundo Monetário Internacional na execução da política econômica da Nova República. Um dos ministros que participou das discussões chegou a dizer que o **board** do FMI não aceita o conceito de déficit de caixa (utilizado pelo Ministro Francisco Dornelles em seu pronunciamento na Câmara) e quer impor o conceito de "déficit econômico (vê mais o desequilíbrio financeiro, tese do Ministério do Planejamento).

Houve consenso, segundo esse Ministro, de que o Governo Sarney não aceitará a ingerência do FMI na execução da política econômica, apesar do acordo em vias de ser acertado com aquela instituição. Um exemplo claro disso, embora a ortodoxia do FMI exige liberdade total de preços dentro da economia, o Ministério da Fazenda continuará controlando tantos os preços quanto os custos de produção tanto do setor público quanto do setor privado.

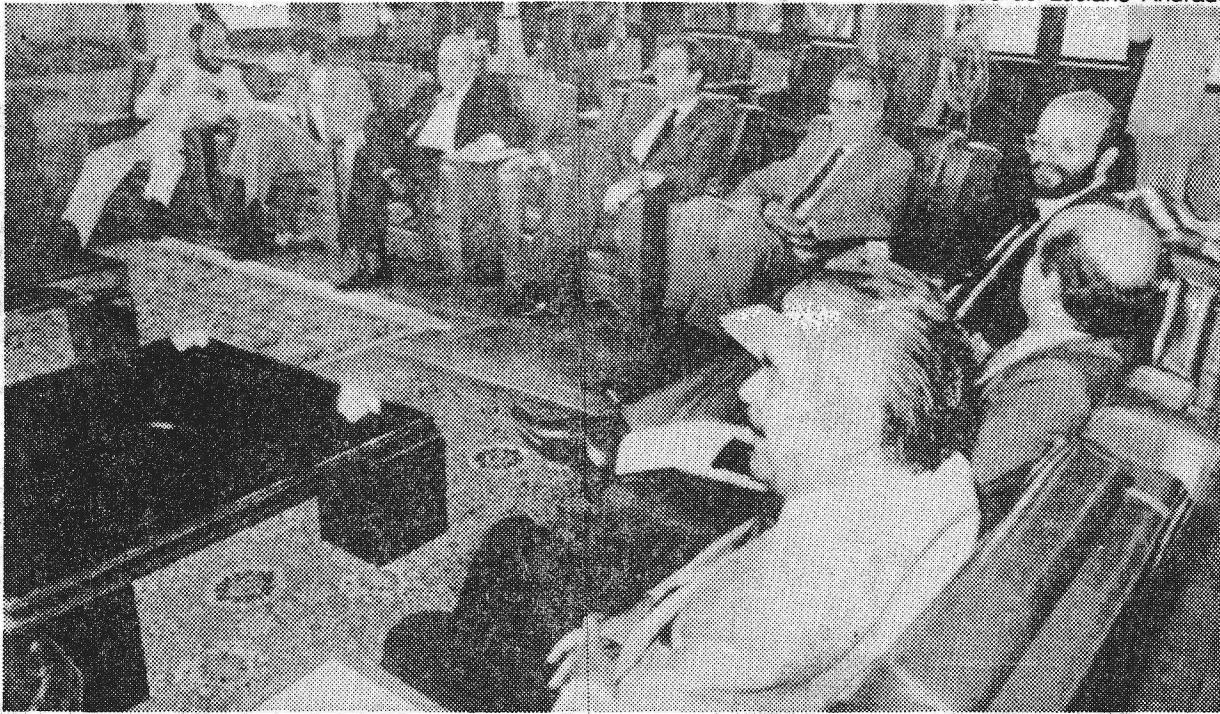
Grande parte da reunião foi gasta na análise dos efeitos provocados sobre o setor privado, em decorrência do rígido controle de preços imposto pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Dois ministros disseram que esse controle não poderá durar por muito tempo, sob pena de inviabilizar a tímida retomada do processo de desenvolvimento econômico verificada ao longo de 1984. Ao Presidente José Sarney caberá decidir sobre como compatibilizar o aumento dos impostos, o corte nos gastos públicos e o manejo da política monetária no caminho do reaquecimento da economia.

A solução para esse aparente impasse, disse um economista que esteve presente ao encontro, seria o Brasil exigir dos banqueiros internacionais, quando da negociação do acordo sobre a dívida externa, a introdução de uma cláusula prevendo a entrada de dinheiro novo necessário para uma rolagem mais folgada da dívida, algo em torno de 2 bilhões de dólares. Tal hipótese, no entanto, foi combatida com veemência pelo ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

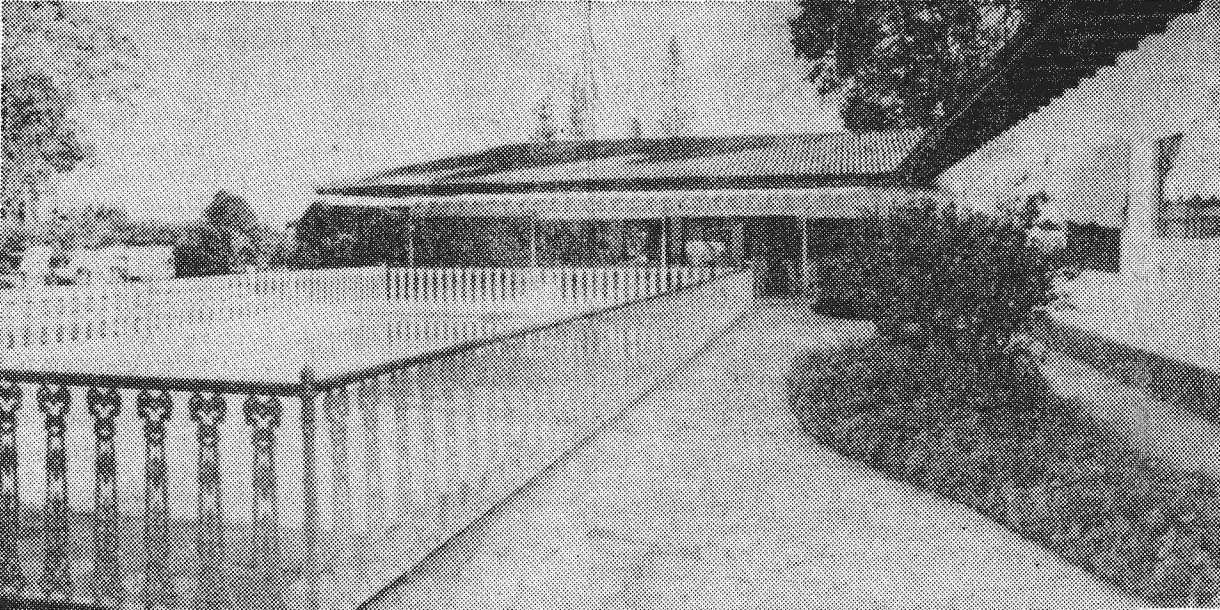
No seu entender, se o Brasil insistir em obter dinheiro novo agora, corre o risco de não obter acordo algum com os credores internacionais, lembrando as dificuldades que seriam impostas pelos bancos pequenos, especialmente os norte-americanos. A proposta de Simonsen é no sentido de, em primeiro lugar, ser assinado um acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira para depois, numa segunda etapa, negociar a obtenção de dinheiro novo. A questão ficou e será debatida novamente nas próximas reuniões do Presidente Sarney com seus ministros da área econômica e convidados do setor privado.

O Presidente Sarney, de acordo com sugestões da maioria dos presentes, deverá praticar uma política agressiva de desestatização da economia. Dentro desse contexto, não está afastada a hipótese de haver o fechamento de várias empresas estatais altamente deficitárias e ainda a capitalização de algumas delas, promovendo o saneamento financeiro, para depois vendê-las ao setor privado. A Secretaria de Controle das Estatais (SEST), órgão do Ministério do Planejamento, está encarregada de fazer essa avaliação.

No próximo dia 13 haverá outra reunião, desta vez com os representantes do empresariado, quando um dos temas centrais da discussão será o controle de preços e a intervenção do Estado na economia. Ontem as 8h30min de discussão foram divididas em duas partes: de manhã, se debateu a política econômica externa, acordo com FMI e banqueiros; à tarde, a política econômica interna, incluindo o controle de preços, as taxas de juros, a desestatização e o pacto social.



Simonsen (3º à esquerda) pôde constatar, na reunião, integração na equipe do Governo



A piscina, cercada por grades, e um picadeiro coberto garantiam conforto a Figueiredo